



SERVIÇOS PRISIONAIS

Auditoria trava greve de guardas



Governo promete equiparar guardas a polícias, promover 103 guardas a guardas principais e mudar o estatuto

PROPOSTA • Ministério da Justiça garante ir contratar empresa externa

MIGUEL CURADO

O Ministério da Justiça quer pôr uma empresa externa a auditar o corpo da Guarda Prisional para, sabe o CM, lhe atribuir o estatuto de serviço de segurança, à semelhança do que se passa noutros países europeus. Esta foi uma das promessas feitas aos sindicatos representativos destes profissionais, e que fez com que pelo menos o Sindicato Nacional da Guarda Prisional (SNGP), o mais representativo, aceitasse suspender temporariamente as greves em curso nas cadeias.

Em face da tensão vivida nas 49 cadeias nacionais devido às

paralisações do mês passado, a secretária de Estado da Justiça, Helena Ribeiro, chamou os sindicatos para reuniões.

O Governo, sabe o CM, fez várias cedências. Com a garantia de que as greves seriam suspensas, Helena Ribeiro prometeu equiparar o estatuto remuneratório dos guardas prisionais ao da PSP e promover 103 guardas a guardas principais. A aplicação destas medidas obriga a uma alteração do estatuto profissional dos guardas, o que será feito, conforme prometido, até

ao fim do primeiro trimestre deste ano.

Jorge Alves, presidente do SNGP, concorda com as alterações “desde que beneficiem todos os guardas que por elas esperam”. Quanto à auditoria ex-

SECRETÁRIA DE ESTADO PROMETE EQUIPARAÇÃO SALARIAL À POLÍCIA

terna que o ministério quer efetuar, encara-a como uma

“tentativa de equiparação da guarda prisional à PSP e à GNR”: “O que nos foi proposto é estudar a realidade das prisões de outros países europeus e perceber de que forma podemos aplicá-la a Portugal.” ●